

A diversão da cultura: a política da geografia cultural*¹**The Diversion of Culture, the Politics of Cultural Geography**

Neil Smith (1954–2012)

City University of New York (CUNY)

Tradutor:

João Alves de Souza Neto

Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria Municipal da Educação

joaosouzacontato@gmail.com

Resumo

Os anos 1980 e 1990 testemunharam a emergência de uma nova geografia cultural, principalmente como uma reação ao poder que o marxismo e a economia política adquiriram no campo da geografia a partir dos anos 1970, mas também refletindo as transformações mais amplas do capitalismo tardio. Colocando em questão a prioridade dada ao reino da produção da análise geográfica, essa nova geografia cultural mudou a sua ênfase, em vez disso, para questões relativas ao consumo, à representação e à identidade. Este artigo possui três objetivos básicos. Primeiro, intenciona ser uma avaliação do papel político que a “nova geografia cultural” desempenhou na geografia anglo-americana. Segundo, busca sugerir caminhos nos quais, dentro do contexto geográfico, o conceito de cultura pode ser resgatado de si mesmo. Finalmente, visa repensar as conexões entre políticas culturais e economia política.

Palavras-chave: nova geografia cultural; virada cultural; política; economia política.

* O presente artigo foi originalmente publicado em: SMITH, Neil. “The diversion of culture, the politics of cultural geography”. *Geographia*, v. 16 n. 31 2014, pp. 8–23.

Nota da Edição da Revista *Geographia*: “O desvio da cultura, a política da Geografia Cultural” refere-se à conferência proferida no Congresso Internacional “Aspectos Culturales en las Geografías Económicas, Sociales y Políticas” (Buenos Aires, 9 a 11 de outubro de 2007), promovido pelas Universidades de Buenos Aires e Universidade Federal Fluminense através da representação conjunta na comissão de Geografia Cultural para a América Latina da União Geográfica Internacional. A sua publicação representa também uma homenagem póstuma ao geógrafo Neil Smith (1954–2012).

1 Nota da Tradução: Optou-se por traduzir “divertion”, do título original, por “diversão” em vez de “desvio”, como feito anteriormente, pois, como é possível notar no texto, o autor tentou enfatizar o sentido de “diversão” tanto enquanto “recreação” ou “entretenimento”, como “digressão” ou “desvio”, “distração” e a manobra (sobretudo militar) de instaurar a “confusão” no adversário, um “diversionismo” (*vide* Dicionários On-Line *Priberam*, *Michaelis* e *Aulete*). Há uma proximidade entre os sentidos de “diversão”, português, e o de “diversion”, inglês, além de compartilharem etimologia semelhante (*vide* Dicionários On-Line *Oxford*, *Cambridge* e *Merriam-Webster*).

Abstract

The 1980s and 1990s witnessed the emergence of a new cultural geography, primarily as a reaction to the power that Marxism and political economy had acquired in the field of geography from the 1970s onward, but also reflecting broader social changes in advanced capitalism. Putting into question the priority given to the realm of production in geographical analysis, this new cultural geography shifted emphasis instead to matters of consumption, representation and identity. This paper has three basic objectives. First, it is intended as an assessment of the political role that the “new cultural geography” has played in Anglo-American geography. Second, it seeks to suggest ways in which, within a geographical context, the concept of culture might be rescued from itself. Finally, it aims to rethink the connections between cultural politics and political economy.

Keywords: New cultural geography; cultural turn; politics; political economy.

“O poder é como um violino. É segurado com a mão esquerda e tocado pela direita.” Aforismo de Buenos Aires

Em 1995, o geógrafo estadunidense Don Mitchell publicou um artigo intitulado “There’s no such thing as culture”² (MITCHELL, 1995). Mitchell estava respondendo à explosão de análises culturais da geografia desde a década de 1980, à emergência dos estudos culturais³, e, de modo mais amplo, à chamada “virada cultural”⁴ da teoria social. Seu argumento central não era tanto que a cultura concebida como uma faceta identificável da vida humana não existia, mas, pelo contrário, que um estatuto ontológico atribuído à cultura na “nova geografia cultural” era capcioso, ilusório e politicamente perigoso. Cada vez mais delineada como um “objeto” de estudo na geografia anglófona, a cultura estava, agora, grandemente reificada na geografia estadunidense e, especialmente, na geografia britânica. Mitchell aplicou à nova geografia cultural uma crítica paralela àquela aplicada por esta geografia ao seu próprio nêmesis, a geografia cultural tradicional. Isso quer dizer que a nova geografia cultural emprega

2 N. T.: Em tradução livre, “Não existe tal coisa como cultura”.

3 N. T.: No original, *cultural studies*.

4 N. T.: No original, *cultural turn*.

uma concepção “superorgânica” de cultura, de acordo com a qual a cultura é universal, uma totalidade abrangente que se espalha por todos os aspectos da vida social. Além disso, o conceito de cultura reclama para si mesmo algum tipo de prioridade ontológica enquanto prática social. Mais de uma década depois, está claro que o alerta de Mitchell falhou em impedir a onda do “culturalismo” (AMIN, 200X) que hoje domina o lado humano da disciplina. Por que o poder da “cultura” tem sido tão pervasivo na geografia humana e, de modo mais amplo, nas ciências sociais? E como a geografia cultural se tornou cada vez mais uma diversão dos tipos de política que inicialmente a lançaram? Nesta apresentação, eu gostaria de oferecer uma avaliação do papel político que a “nova geografia cultural” desempenhou na geografia anglo-americana; sugerir modos pelos quais, dentro de um contexto geográfico, o conceito de cultura pode ser resgatado de si mesmo; e repensar a conexão entre políticas culturais e economia política.

Esta conferência está dividida em quatro partes. Na primeira parte, eu examinarei brevemente os contornos históricos da geografia cultural, pois, precisamente, eles têm lições a nos ensinar. Em segundo lugar, eu oferecerei uma apreciação e crítica da “virada cultural”. Terceiro, eu quero discutir os modos pelos quais a geografia cultural hoje se tornou uma diversão, contribuindo para uma antipolítica. E, finalmente, eu quero sugerir algumas alternativas.

Contornos históricos da geografia cultural

Múltiplos significados se atrelam à noção de cultura, talvez porque, historicamente (pelo menos nas sociedades ocidentais), o conceito de cultura se desenvolveu em contraponto à natureza. “Cultura” nomeou o processo e os resultados das tentativas humanas de se separarem da natureza. De acordo com Raymond Williams (1993), “cultura” veio a encapsular três realidades conectadas: referia-se ao desenvolvimento de certas ideias e agrupamento de ideias, a um conjunto densamente interligado de práticas sociais e, finalmente, a um modo de vida. Com uma definição tão ampla e amorfa — resultante não obstante do fato de que a cultura (“Kultur”) veio a ser definida no século XVIII em oposição a uma “natureza” igualmente abrangente — não é difícil entender como a “cultura” é receptiva de um tratamento totalizante. A geografia cultural emergiu na Europa do século XIX, ainda muito indiferenciada daquilo que agora poderia ser entendido como antropologia cultural/social, e como parte de uma ampla

busca iluminista pela filosofia moral. Em diferentes contextos nacionais, a geografia cultural possuiu diferentes sotaques e níveis de importância, mas, no contexto europeu, essa subdisciplina estava intimamente ligada às necessidades e aos conhecimentos da expansão colonial. De Madrid à Berlim, de Roma à Londres, a geografia cultural identificou diferentes culturas humanas ao redor do mundo e as explicou sobremaneira em termos das características das regiões que elas ocupavam. Isso não envolvia necessariamente um determinismo ambiental, mas, muitas vezes, foi isto: a cultura era um produto do ambiente. Ou, ao menos, a cultura não poderia ser entendida de modo separado do ambiente e da região — ou, então, o que poderia ser a razão para *geografia* cultural. Isso teve motivações e efeitos múltiplos, mas a geografia cultural contribuiu fundamentalmente para a enciclopédia do conhecimento colonial concernente à reprodução social da força de trabalho potencial e aos hábitos sociais e práticas de consumo daqueles que poderiam constituir um mercado para as fábricas europeias.

Na Grã-Bretanha, a geografia cultural estava especialmente atrelada à expansão colonial, ao passo que uma geografia social emergente lidou com os mesmos tipos de questões em sua terra natal. Na Alemanha, em contraste, a oposição intelectual de “Kultur und Natur” era tão forte que a geografia cultural dominou o lado humano do campo. Essa foi a tradição que mais influenciou a geografia estadunidense ao final do século XIX, e, à medida que a disciplina começou a desenvolver seu lado social em vez do físico após a Primeira Guerra Mundial, a geografia cultural *era* a geografia humana. Apesar de ser um progressista nesse contexto, Carl Sauer (1925) foi uma primeira figura central na geografia cultural de meados do século XX nos EUA, ajudando a estabelecer a concepção superorgânica de cultura que se tornou a norma. Um quarto de século depois, uma das figuras mais proeminentes da geografia cultural do século XX dos EUA, Wilbur Zelinsky, expressou de modo preciso esse superorganicismo:

... a totalidade da cultura é muito maior que a simples soma de suas partes, tanto que ela parece ser uma entidade superorgânica vivendo e se transformando de acordo com um ainda obscuro conjunto de leis internas. Embora as mentes individuais sejam necessárias para sustentar a cultura, ela também vive por si só por meio de algum processo extraordinário, independente da pessoa singular e de sua volição, como um tipo de “macroideia”, uma abstração compartilhada com um modo especial de existência e um conjunto de regras (ZELINSKY, 1973, p. 71).

Em termos disciplinares, a virada cultural da geografia, começando na década de 1980, reagiu contra essa visão superorgânica de geografia cultural. A geografia cultural não somente foi criticada como totalizante, mas seu evidente idealismo — a cultura enquanto uma ideia — também foi contestado. Muito antes desse desafio direto, a geografia cultural de tipo colonial/estadunidense se tornou moribunda, sem vida, diante de alternativas muito mais vibrantes: nomeadamente, a revolução quantitativa da década de 1960, que fora rapidamente seguida pela revolução da teoria social dos anos 1970 — marxismo, fenomenologia, feminismo, ecologia política, teoria pós-colonial e tantos outros. Nós ainda estamos vivendo em meio a esse último período — e a reação contra ele — apesar da ressurgência do positivismo quantitativo nas mãos das tecnologias SIG⁵ e o crescente divórcio (ao menos no mundo anglo-americano) da teoria social intelectualizada das políticas de classe e de muitos outros movimentos políticos.

Contra esse fundo histórico, a nova geografia cultural dos anos 1980 e seguintes prometeu uma abordagem radicalmente nova e politicamente energizada para a conexão entre cultura e política, e geografia e prática cultural. Ela foi abastecida não somente com uma crítica estreita da geografia cultural tradicional do século XX, apesar disso ter desempenhado um papel mais importante nos trabalhos iniciais do que geralmente se reconhece. Ela foi abastecida também com uma combinação de outras influências. Primeiro, a nova geografia cultural foi parte de uma mudança maior da política de esquerda em direção a uma política da cultura. Num primeiro nível, essa mudança foi levada a cabo pelos movimentos políticos dos anos 1960, à medida que eles se institucionalizavam pelas políticas de identidade no sentido mais amplo. Debate-se, por exemplo, que a maior preocupação para a escrita política feminista do começo dos anos 1980 foi — conforme a teórica política Nancy Hartsock afirmou em sua época — que o feminismo carecia da sua própria teoria coerente. Isso estava prestes a mudar, e com uma represália. Em busca de uma fundamentação teórica para esses movimentos declaradamente antifundacionistas, as teorias feminista, *queer* e pós-colonial galvanizaram uma criatividade extraordinária na pesquisa científica social. Segundo, e obviamente relacionado, a nova geografia cultural extraiu inspiração do breve florescimento do pós-modernismo nos anos 1980 e no início dos 1990, e a sua ênfase na interpretação discursiva da cultura material e popular. Essa alteração não tinha nada que ver com a literatura antropológica existente sobre cultura

5 N. T.: Sistema de Informação Geográfica.

material; em vez disso, ela enfatizou as culturas de consumo do período na Europa e na América do Norte. Nada desse período foi tão superanalisado do que as escolhas de vestimenta da Madonna. Os estudos culturais se tornaram a encarnação acadêmica desse trabalho, seu próprio gueto de representatividade celebratória, cada vez mais distanciado das experiências sociais de muitos que ele representava. Terceiro, o que o pós-modernismo apenas roçou em sua procura pelo significado mais pesado embutido no gesto cultural mais superficial, o pós-estruturalismo pareceu recobrir. A política da teoria pós-estrutural, especialmente aquela de Foucault (mas não somente ela), foi distorcida na tradução ao inglês como uma micropolítica dos interstícios culturais da vida cotidiana, antagônica, em suas fundações [*foundationally*], a qualquer tipo de economia política (ou mesmo política cultural) que não reafirme um certo individualismo pós-econômico. Porém, na minha leitura, Foucault, cuja obra está profundamente enraizada em Marx (até mesmo em sua crítica), e que, não obstante, é tratado de modo geral como um anti-Marx nos círculos anglo-americanos, deve ser defendido. Em primeiro lugar, ele deve ser defendido contra muitos dos foucaultianos anglófonos. Isso, porém, seria embarcar num projeto diferente.

Isso nos leva à quarta razão para a nova geografia cultural. Mais do que tudo, a nova geografia cultural representou uma reação ao poder das análises marxistas e econômico-políticas na geografia a partir dos anos 1970. A nova geografia cultural galvanizou críticas de uma variedade eclética de influências teóricas para apresentar uma alternativa à economia política dos anos 1970 e 1980. Do final dos anos 1960 até meados dos anos 1980, a obra marxista tomou de assalto a geografia anglófona. O marxismo se viu surpreendentemente poderoso na disciplina da geografia nos anos iniciais dos regimes Thatcher, Reagan e Kohl e numa época na qual os EUA apoiavam mais regimes ditatoriais criminosos na América Latina do que havia feito desde então.

Se a força do marxismo na geografia anglo-americana era uma situação certamente insustentável no longo prazo, ela foi uma perspectiva inebriante no curto prazo. O antigo culturalismo superorgânico, de Sauer a Zelinsky, parecia para muitos ainda batalhar para entrar no século XX e não era um obstáculo sério para a obra marxista. E a “nova” geografia positivista — que, com suas matrizes, equações e algoritmos científicos, acendeu tal esperança no início dos anos 1960 — também era, por uma razão bem diferente, incapaz de neutralizar a teoria marxista. Contra o fundo das revoltas dos anos 1960 e 1970, o novo positivismo pareceu

dramaticamente irrelevante às demandas políticas da época e a qualquer tentativa de entender a “produção do espaço”, como Henri Lefebvre a chamaria em seu tempo. A geografia anglo-americana nunca teve uma teoria social profundamente enraizada. Mesmo seu pragmatismo não era teorizado nos EUA, onde as teorias do pragmatismo dominaram os filósofos políticos por quase todo o século. Sem uma teoria social significativa, a geografia no melhor dos casos compartilhou certos preconceitos sociais ou escolásticos que frequentemente foram emprestados, mas nunca pensados: determinismo ambiental, positivismo, historicismo cultural e assim por diante. A disciplina não possuía uma sofisticação teórica para lidar com o desafio marxista, ou mesmo o defletir. Em suma, ela não tinha um sistema imune para lutar contra essa novidade teórico-social, que fornecia explicações mais profundas e mais amplas para a natureza social da geografia do que jamais haviam sido propostas no passado. Muitos positivistas jovens abandonaram rapidamente e sem cerimônias o positivismo e se realinharam com a teoria social marxista de uma forma ou de outra. David Harvey talvez tenha sido o mais proeminente, mas ele foi apenas um entre muitos outros: Eric Sheppard, Michael Webber, Doreen Massey, Jim Blaut, dentre muitos outros da geografia anglo-americana.

A nova geografia cultural dos anos 1980 (e posteriormente) estava baseada num desafio fundamental aos poderes e reivindicações intelectuais desse trabalho marxista. Ela insistia que a cultura, e não somente a economia, também era política. Ela mobilizou críticas do estruturalismo — especialmente aquelas de Louis Althusser — como se elas fossem críticas ao marxismo *tout court* (DUNCAN; LEY, 1982). Com somente uma atenção passageira ao trabalho que ela repudiaria, mas reforçada por críticas identitaristas, culturalistas e pós-estruturalistas, a nova geografia cultural focou especialmente as questões de consumo. Para a nova geografia cultural, a produção social agora estava fora de moda [*passé*] num mundo supostamente pós-industrial, a menos que alguém estivesse preocupado com a produção de representações, a elaboração do discurso. Por outro lado, a ênfase jaz no modo de consumo e no campo da cultura por meio do qual as imagens, diferenças sociais e ideias culturais eram consumidas. A teoria psicológica francesa de Lacan e as teorias influenciadas pela psicologia de Derrida e Kristeva desempenharam um importante papel aqui. A política de consumo se entrelaçou com a política de formação do sujeito. Ao passo que a produção social deve ser vista como estritamente responsável pela criação do valor econômico, o consumo se tornou cada vez mais conectado à questão da construção do sujeito.

A virada cultural — uma crítica

Não pode haver questionamento da insistência na política de cultura, nem também da importância de tal insistência dos anos 1980 e nas décadas seguintes. Existem algumas razões para isso, mas, em acréscimo aos desenvolvimentos intelectuais e políticos já mencionados, o mundo parecia muito diferente nesse período em comparação à era pós-Segunda Guerra Mundial. Os anos 1980 anunciaram período de expansão econômica massiva dos centros dos poderes europeus e norte-americanos, e o crescimento econômico ainda mais sem precedentes entre as elites, ditaduras, classes dominantes e classes profissionais por todo o mundo. Isso trouxe riqueza para muitos, um florescente consumo e uma percepção de que num mundo supostamente pós-industrial as questões políticas poderiam mudar. A virada cultural na academia representou, de muitas maneiras, uma resposta a essas mudanças. A explosão do “capitalismo de imagens”, facilitado pelas tecnologias do satélite, da internet e do computador, que eram desconhecidas das massas do mundo há duas décadas, não inventou Bollywood ou o Hip Hop, nem mesmo o Google ou a rede social *My Space*, nem uma miríade de outras produções culturais, mas o “capitalismo de imagem” acarretou, sim, a globalização dessas formas culturais. A virada cultural, e com ela a geografia cultural, respondeu com a alegação de que as relações de consumo agora dominavam, até mesmo eclipsavam, as relações de produção, e o foco dos pesquisadores da cultura se ajustou de acordo com tais questões relativas ao consumo.

É justo dizer que, em suas primeiras versões, a nova geografia cultural tentou preencher uma área ausente e vital da pesquisa. À medida que evoluiu, entretanto, esse foco no consumo se tornou mais e mais excludente e reducionista. Primeiro, o que algumas pessoas no chamado ocidente ainda chamam de mundo pós-industrial — no qual a cultura e o consumo dominam — é, de fato, um fenômeno bastante limitado. O luxo de estar distante do processo produtivo é tanto uma questão de classe quanto de geografia. Nas sociedades europeias e norte-americanas, onde a porcentagem de empregos ligados à extração e à manufatura está diminuindo, as divisões de classe não se tornaram menos profundas: o desenvolvimento desigual se tornou mais (e não menos) extremo. Enquanto os salários dos trabalhadores permaneceram constantes ou mesmo declinaram ao longo das últimas quatro décadas nos

Estados Unidos da América, a renda dos 1% mais ricos subiu em 300%. O nível de desigualdade nos EUA, conforme medido estatisticamente pelo coeficiente de Gini, é muito mais extremo que nos anos 1970 e excedeu as taxas comparáveis até mesmo para a Rússia, a China ou a Índia. O salário dos diretores executivos de corporações (*CEOs*) dos EUA de 1982 era 42 vezes o salário médio de um trabalhador. Hoje é uma proporção assustadora de 364 para 1. Em 2006, quatro chefes corporativos em companhias (financeiras) de fundos de ações e investimentos levaram para casa, de fato, um *rendimento* de mais de US\$ 1 bilhão. Cada um dos vinte maiores diretores executivos dos EUA — chefes corporativos — recebeu em média US\$ 658 milhões no último ano — alegres US\$ 2,8 milhões por dia de trabalho no ano. Com esse tipo de salário, você pode desfrutar de muito consumo. A desigualdade na divisão de riquezas nos EUA retornou aos patamares da Depressão de 1930.

Segundo, essa intensificação criminoso do desenvolvimento desigual é tanto global e local quanto nacional. O trabalho produtivo que sustenta a classe dominante dos EUA — e a Europa e a América do Norte de modo mais geral — acontece cada vez mais nas cidades e vilas da China, nas fábricas de São Paulo e Mumbai, e nas cidades menores do Sul e Leste da Ásia, da América Latina e, numa extensão mais limitada, na África Subsaariana. Também aí, as desigualdades entre ricos e pobres estão se expandindo para níveis sem precedentes. No coração da Europa e da América do Norte (e é importante lembrar que os EUA permanecem a maior economia manufatureira do mundo, ainda responsável por mais de um quinto da produção global), esse trabalho emprega desproporcionalmente mulheres, imigrantes e minorias, ou, mesmo, está disfarçado ideologicamente como um tipo de trabalho de “serviço”.

Sobre *essas* realidades em transformação, a geografia cultural esteve num notável silêncio. Na medida em que essas realidades estão “fora de vista”, elas estão também “fora da mente cultural”. De fato, existem mais trabalhadores no mundo hoje, mais pessoas envolvidas na produção social, que em qualquer época anterior, mas a geografia cultural do trabalho praticamente não existe enquanto foco de pesquisa acadêmica. A respeito disso, a nova geografia cultural, que se orgulhou em colonizar a ponta de lança da transformação social — o novo poder do consumo —, é dramaticamente irrelevante para muito do que está acontecendo no mundo e para grandes partes das vidas da maioria das pessoas. A partir desse ponto de vista, pelo menos no mundo anglófono, a nova geografia cultural veio cada vez mais a representar uma visão do mundo extremamente etnocêntrica e com privilégios de classe.

Terceiro, é importante examinar criticamente a natureza da crítica da nova geografia cultural à análise marxista. Com relação à nova geografia cultural, o marxismo foi incapaz ou desinteressado em se engajar numa crítica cultural. Mas isso é evidentemente falso. Muito distante dos escritos sobre cultura dos marxistas clássicos (os textos de Trotsky sobre arte, por exemplo), alguém pode pensar em Gramsci, cujos escritos políticos abraçaram completamente as questões da reprodução social e do consumo. Ou há Henri Lefebvre, um fervoroso crítico marxista da maior parte da teoria pós-estruturalista dos anos 1970 (em que pesem os esforços dos geógrafos culturais anglófonos em absorvê-lo exatamente naquele pós-estruturalismo). Lefebvre, aquele que nos anos 1940, enquanto um membro do partido comunista, começou a desbravar a análise da vida cotidiana. Marxistas, tais como Raymond Williams e Edward Thompson, desenvolveram, por décadas, uma crítica marxista da cultura; e a tradição marxista da cultura era ainda mais forte na Europa continental (o clássico *História do Marxismo Ocidental* de Perry Anderson nunca mencionou a economia política) e na América Latina. Certamente é verdadeiro que a revitalização do marxismo na geografia anglófona se orientou significativamente em direção a uma economia política espacializada. A geografia econômica tradicional dos anos 1960 não reconheceu nenhuma diferença social ou cultural, exceto via renda, o estado dos empregos e outras medidas estatísticas desse tipo. A obra marxista, por sua vez, insistiu na discussão sobre classe social e raça, movimentos sociais e meio ambiente, gênero e imperialismo. Um exame desapassionado das páginas da *Antipode: a Radical Journal of Geography*, o maior veículo de publicação de ideias radicais após 1969, rapidamente confirma a diversidade e fático ecletismo da geografia radical dos anos 1970 e 1980. E mesmo os mais proeminentes marxistas da geografia nunca estiveram focados puramente na questão econômica. David Harvey, para tomar o exemplo mais óbvio, estava preocupado com a geografia cultural de Paris ao longo dos seus trinta anos de envolvimento analítico com essa cidade (HARVEY, 1985; 2003). E existem muitos outros exemplos. Isso torna ainda mais significativo que a nova geografia cultural tentou se aprumar numa oposição tão direta à economia política marxista. Por que a nova geografia cultural está tão oposta à economia política? Por que a nova geografia cultural parece mais atraída pela Madonna, por exemplo, para discursar sobre a moda cultural, ou pelas vendas de roupas usadas (nenhuma dessas preocupações especificamente geográficas), do que pelas questões da vida cotidiana em meio aos trabalhadores das fábricas chinesas que fazem as modas vestidas pela Madonna?

Minha crítica aqui não é para afirmar que a nova geografia cultural foi desnecessária. Certamente ela foi necessária. Em vez disso, o trabalho feito pela nova geografia cultural hoje é muito diferente daquele que poderia ter sido feito dada a sua origem. A política de consumo é um tópico inerentemente importante, mas não quando o foco na cultura e no consumo se tornam uma desculpa para excluir culturas de produção e as vidas trabalhistas das pessoas ao redor do mundo. A construção social do sujeito, como desbravado pela obra pós-estruturalista, talvez seja importante na medida em que pode fornecer um entendimento sobre como e por que as pessoas se afastam ou toleram o poder repressivo aplicado a elas (ou se tornam cúmplices desse poder) e como e por que elas se revoltam contra ele. Mas essa perspectiva perdeu qualquer utilidade quando ela se recusa a reconhecer as diferenças sociais estruturadas de classe, por exemplo, e se aparta dos movimentos sociais, incluindo os movimentos classistas e trabalhistas que são (entre outros) capazes de fazer uma transformação social. Perdeu a sua utilidade, em resumo, quando se tornou um construcionismo social impotente, expressado amiúde numa voz passiva — “o outro é construído como ...” — em vez de explicar como e, especialmente, por que as relações de poder da vida cotidiana funcionam a seu modo. E como essas relações de poder, que afinal estão profundamente enraizadas na produção do espaço da cultura — um apontamento feito pelo Professor Lobato Corrêa e que não foi perdido pela geografia cultural tradicional —, podem ser derrubadas.

Dançando da Política

Discursiva e ideologicamente, a aparente missão *política* da nova geografia cultural (pelo menos na literatura anglófona) é repetida continuamente, ou simplesmente tomada como dada. Mas agora isso é uma alegação largamente vazia. Quando as compras de segunda mão no norte da Inglaterra ou a cultura política dos restaurantes gentrificados de Nova Iorque se tornam a vanguarda da nova geografia cultural, é razoável perguntar o que resta da política. A geografia cultural, temos de concluir, se distanciou da política do mesmo modo que se distanciou inicialmente da economia política. A política de cultura se tornou uma asserção vazia, uma panaceia, uma pedra-de-toque, um *símbolo* [*token*] de resistência sem qualquer substância. A política foi, de fato, substituída por duas coisas: primeiro, pela crença quintessencialmente pós-estruturalista de que se alguém simplesmente muda o discurso, o mundo se conformará. A

falácia idealista aqui, claro, é que, enquanto o poder das ideias não pode jamais ser subestimado, colocá-las em prática exige ação social. Segundo, e bastante conectado a isso, a política na nova geografia cultural está reduzida à ética. O vácuo deixado pela política é cada vez mais preenchido por uma ética individualista que não vê responsabilidade política, exceto por uma correção moral. Substitutos hipócritas para a organização. O liberalismo retorna pela porta da frente escancarada de um pretenso radicalismo.

A velha geografia cultural murcha e se torna vulnerável à crítica precisamente porque falha em permanecer relevante num mundo onde as categorias superorgânicas de culturas discretas, culturas nacionais e civilizações definidas culturalmente já não faziam mais sentido. Conforme a aparente fixidez dos Estados-nações do pós-Guerra e o primeiro, o segundo e o terceiro mundos foram dissolvidos nos anos 1970, a nova geografia cultural expressou tanto a mobilidade emergente e a flexibilidade social de um mundo globalizado como também, especialmente em sua encarnação pós-moderna, veio muito facilmente a funcionar como um discurso para as ideologias do consumo da própria globalização. A virada cultural fornece cada vez mais uma nova tecnologia sobre como os nativos consomem em suas terras natais. Deixe-me colocar isso de maneira ainda mais direta. O que começou como um projeto opositor nos anos 1980, uma crítica de uma geografia cultural tradicional que era incapaz de se extrair das agendas coloniais e expansionistas dos Estados-nações, muito frequentemente terminou, apesar de sem intenção, como uma crítica rasa e excessivamente celebratória da globalização. A diversidade deixou de ser uma demanda radical em termos de raça, gênero e sexualidade, para se tornar uma política [*policy*] entusiasticamente apoiada por governos e corporações ao redor do mundo. O multiculturalismo, que também foi uma demanda radical durante certa vez, agora é também uma política estatal, a despeito da continuidade do racismo e da discriminação sexual e de gênero. Na medida em que a nova geografia cultural não critica esse estado de coisas (a diversidade e o multiculturalismo enquanto política do *status quo*), mas continua a defender ideias que agora são políticas de Estado, ela se tornou cúmplice do trabalho do neoliberalismo global. A economia pode, sim, ser ideologicamente culturalizada, mas nos termos de quem e para quais objetivos sociais? Para a nova geografia cultural, a política cada vez mais acontece por osmose ou simplesmente é pressuposta.

A nova geografia cultural não somente negou progressivamente a economia política, mas se desviou amplamente de comentários sobre os principais eventos políticos dos

últimos poucos anos. Existem, certamente, análises discursivas do racismo que têm acompanhado a fabricação de árabes e muçulmanos como os novos inimigos da democracia burguesa e dos livres mercados. Mas, num período de guerras brutais, onde estão as cuidadosas críticas geográfico-culturais do livro *Choque de Civilizações*⁶ de Samuel Huntington? Nenhum outro texto em amplo apoio às guerras no Afeganistão e no Iraque e a potencialmente iminente escalada no Irã e na Síria clama pela atenção da geografia cultural crítica? Em vez disso, a nova geografia cultural, arriscando o mesmo destino da geografia cultural tradicional que ela tenta tomar o lugar, se provou irrelevante e nem mesmo especialmente interessada em tomar esses tipos de questões políticas que aparecem em blogs, na internet, e na primeira página dos jornais todos os dias. A comparação mais adequada que posso pensar a respeito disso é da geografia cultural e política dos EUA dos anos 1930, que, confrontada com a ascensão da geopolítica, estava paralisada por sua inabilidade em ver a geografia num registro político. A geografia, eles acreditavam, era ciência, e a política era algo completamente diferente. Eles argumentavam que não existe política na ciência. A sua recusa em se envolver publicamente condenou a geografia estadunidense a várias décadas de irrelevância.

A situação da nova geografia cultural hoje é diferente, obviamente, mas não tanto. Numa reviravolta irônica, essa nova geografia cultural que fez raízes especialmente na Grã-Bretanha se tornou a imagem espelhada da geografia estadunidense dos anos 1930 — uma cópia, exceto que invertida, como em um espelho. A nova geografia cultural já se viu como *necessariamente* política — a política está no seu DNA fundante, dentro dos interstícios microcósmicos de seu próprio ser. As guerras no Afeganistão e o Oriente Médio podem aparecer como políticas para alguns, mas elas podem não ser especialmente políticas para outros na nova geografia cultural. Por isso a falta de atenção de tais geógrafos culturais a um ideólogo como Huntington. Nessa perspectiva, a guerra geoeconômica ou geopolítica é apenas entediante — não tão divertida para pesquisar. A geografia cultural, o argumento segue, possui questões muito mais importantes.

Assim como o dançar. Caso você pense que estou exagerando sobre a decadência política da nova geografia cultural, ou que eu, de alguma forma, estou interpretando mal a sua trajetória, deixe-me citar como evidência o seguinte de um geógrafo cultural inglês que devotou

6 N. T.: No original, *Clash of Civilizations*. Publicado em português em: HUNTINGTON, Samuel. *O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

vários artigos à dança, dentre muitas outras questões importantes. Em um novo livro, ele escreve:

Nos dias em que a Guerra no Iraque, no Afeganistão, o 11/9, o 7/7⁷ e outros eventos semelhantes frequentemente pareceram ter requerido a ocupação total da psiquê acadêmica ocidental, e muitos acadêmicos reagiram com asserções gigantescas sobre belicismo, imperialismo, capitalismo, aquecimento global e numerosos outros pontos de parada no caminho para a perdição, é difícil lembrar que outros tipos de impulso político também podem ter algo a dizer ... (THRIFT, 2007).

As políticas culturais da guerra (e dos estimados 1,2 milhão de iraquianos mortos desnecessariamente) claramente têm atravessado o caminho da confortável visão de mundo desse pesquisador. E qual visão de mundo seria essa? Além do dançar? Num tempo em que os aeroportos foram transformados nos maiores palácios do consumo e em espaços extraordinários da segurança estatal contra as pessoas, esse mesmo geógrafo declarou à sua universidade que ele quer transformá-la em “um [aeroporto de] Heathrow acadêmico”. Se essa é a nova geografia cultural em ação, certamente precisamos de alternativas.

A nova geografia cultural se tornou, sim, uma diversão. Por um lado, ela pode ser tão divertida quanto dançar. Por outro lado, ela cada vez mais deliberadamente diverte a nossa atenção de qualquer coisa política. Existe um ponto aqui para argumentar que a intensa angústia acerca da Guerra no Iraque produziu insegurança social como um meio de controle social — mas esse não é o argumento de nosso dançarino. A intenção de divertir nossa atenção política dificilmente poderia ser mais óbvia.

Como o teórico cultural radicado em Londres Slavoj Žižek (NYT, 10/11/07) argumentou recentemente: “Todas as ciências humanas estão se transformando num ramo dos estudos culturais,” e “cultura,” ele argumenta em seguida, “se tornou comumente o nome para todas aquelas coisas que nós praticamos sem levar a sério.” No mesmo espírito, a nova geografia cultural de fato se pareceu com um caso paradigmático do que o geógrafo de Manchester Erik Swyngedouw (2007), numa conferência à Sociedade Real de Geografia em Londres, descreveu como a “pós-política”. Num mundo pós-político, para Swyngedouw, os sinais, as representações e as alegações políticas são mobilizadas contra, de fato, qualquer política efetiva.

7 N. T.: Aqui o autor se refere aos ataques à bomba no metrô e em ônibus de Londres no ano de 2005.

Após a nova geografia cultural: política pela porta da frente

Deixe-me concluir fazendo, mas não necessariamente respondendo, a uma pergunta: como reintroduzimos a política na geografia cultural, ou, melhor, a geografia cultural na política? De modo geral, eu penso que uma geografia cultural revitalizada necessita estar criticamente envolvida nas principais questões políticas do momento. Para isso, farei muitas propostas modestas. Primeiro, ainda não é muito tarde para uma crítica do *Choque de Civilizações* de Huntington, uma crítica que pode não aparecer na primeira página dos jornais, mas que pode ser valiosa na medida em que a ideologia civilizacional de Huntington está amplamente e profundamente acreditada e necessita ser exposta. Como a não dita geografia da localização de recursos, do controle social da acumulação de capital e do consumo se interseccionam com o mapa civilizacional do mundo feito por Huntington? Segundo, eu concordaria com Benno Werlen que a geografia cultural deveria ter uma voz nas questões ambientais, uma voz que até agora esteve largamente ausente, especialmente nas discussões sobre sustentabilidade. Mas essa questão destaca precisamente a importância de conectar uma abordagem cultural a uma abordagem econômico-política. Por quê? Porque as críticas econômico-políticas e ecológico-políticas da sustentabilidade estão começando a argumentar que a linguagem da sustentabilidade está, agora, tão amplamente cooptada que não tem nenhuma intenção crítica ou radical. Aparentemente, a questão hoje é menos que o meio ambiente deva ser sustentado. Pelo contrário, a questão central é a sustentabilidade das taxas de lucro. Uma geografia cultural que se engaja com a ideologia da sustentabilidade sem levar essa crítica a sério não faz mais que perpetuar essa ideologia — ela nos diverte do dano cultural causado sob a bandeira da sustentabilidade.

Terceiro, eu penso que precisamos de uma crítica mais ampla de como a política opera por meio da cultura, e vice-versa. Um modelo identitário não é mais suficiente, isso se ele algum dia já foi. Um livro recentemente publicado pelo crítico literário Tim Brennan pode nos ajudar aqui. No livro *Wars of Position*⁸, Brennan (2006) argumenta que desde os anos 1980,

8 N. T.: Em tradução livre, *Guerras de Posição* (livro ainda não publicado em português).

década que grandemente coincidiu com o surgimento dessa última rodada⁹ da globalização neoliberal, a natureza da política mudou. Num período inicial, a política era sobre *crenças*. As pessoas se organizavam e se mobilizavam com base no que elas *acreditavam* ser correto, e contra a desigualdade, a exploração, a iressão e outras injustiças. Hoje, argumenta Brennan, a política tem se tornado cada vez mais sobre *ser*. *Quem* somos, nossas identidades, se tornou mais importante na definição de política do que aquilo em que acreditamos. Em termos de geografia cultural, uma política identitária pode levar diretamente de volta a uma asserção tradicional da identidade como uma expressão de lugar. Alternativamente, pode levar completamente a um desvio da geografia, como boa parte da nova geografia cultural. Em qualquer caso, existe uma leitura incorreta da identidade. A política identitária dos anos 1970 e 1980 começou como um desafio radical aos modos tradicionais da política que tanto ignoraram quanto marginalizaram questões de raça, gênero, sexualidade e outras formas de identidade. Ela forneceu um entendimento teórico das múltiplas opressões, mas também uma base para a solidariedade social. Mas essas raízes radicais e opositoras da política identitária agora estão bastante murchas. Hoje, em vez disso, é possível ver as políticas identitárias como um tipo de terapia ideológica inteiramente consistente com a globalização. Seu lema pode ser: “Ergam-se, seus indivíduos de um mundo em globalização. Vocês não têm nada a perder senão as suas identidades.” A melhor terapia para um mundo em globalização — que ameaça a especificidade da identidade — seria uma política que enfatiza a diversidade e a singularidade multicultural de todos. O que nos traz de volta a Don Mitchell e porque “Não existe tal coisa como cultura.” Por mais contraditório que isso soe, talvez seja necessário para nós aprendermos novamente que “a cultura não existe”, pelo menos no seu significado atual, antes que uma geografia cultural mais politicamente vibrante possa ser reconstruída.

9 N. T.: Segundo a tese do autor, a globalização seria a produção do espaço global a partir de uma perspectiva de classe dominante e estaria contemporaneamente em sua terceira fase. Cf. SMITH, Neil. “Geografias perdidas y globalizaciones fracasadas. De Versalles a Irak”. *Doc. Anàl. Geogr.*, v. 44, 2004. pp. 19–41. Tradução de Carmen Gonzalo.

Referências bibliográficas

AMIN, Samir. *Monthly Review*, New York: Bloomsbury Publishing, 200X.¹⁰

BRENNAN, Tim. *Wars of Position: The Cultural Politics of Left and Right*, New York: Columbia University Press, 2006.

HARVEY, David. *Consciousness and the Urban Experience*. Oxford: Basil Blackwell, 1985.

HARVEY, David. *Paris, capital of modernity*. New York; London: Routledge, 2003 [em português: *Paris, capital da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015].

MITCHELL, Don. “There’s no such thing as culture”, *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 20, n. 1, 1995. DOI: <<https://doi.org/10.2307/622727>>.

SAUER, Carl. *The Morphology of Landscape*, California: University of California Press, 1925.

THRIFT, Nigel. *Non-representational theory*, London: Routledge, 2007.

WILLIAMS, Raymond. *Keywords*, London: Routledge, 1993 [em português: *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007].

ZELINSKY, Wilbur. *The Cultural geography of the United States*, Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall, 1973.

10 N. E. R. *Geographia*: Referência incompleta no original.

N. T. Provavelmente é uma referência ao texto “Imperialism and Globalization”, de 2001, e publicado na *Monthly Review*, em inglês, onde há uma referência ao termo “culturalismo” (“*culturalism*” no original).